

da União em 85 dá prioridade

Orçamento

à área social

Brasília — O sucessor do Presidente Figueiredo dispõe desde ontem de um instrumento básico para nortear sua política econômica no decorrer de 1985. Ontem, o Presidente da República encaminhou mensagem ao Legislativo fixando em Cr\$ 88 trilhões 872 bilhões a receita do Tesouro para o próximo ano, representando um crescimento nominal de 275% em relação ao orçamento aprovado em dezembro, de Cr\$ 23 trilhões 672 bilhões (sem a reestimativa de receita aprovada em março último pelo Congresso). A área social foi a mais beneficiada.

Na mensagem que acompanha o projeto, o Presidente Figueiredo afirma que o Brasil “começa a mostrar sinais de uma segura recuperação econômica, resultante, principalmente, da rigorosa política de austeridade imposta aos gastos públicos e do esforço conjunto do povo/Governo”. Ele lembrou também os constantes superávits da balança comercial e reafirmou a importância, no setor energético, da produção interna de petróleo ter atingido a marca de 500 mil barris por dia.

Funcionalismo

As despesas com pessoal e encargos sociais só deverão crescer em torno de 145%, com os gastos atingindo a Cr\$ 11 trilhões 851 bilhões. Na mensagem, o Presidente Figueiredo assinala que estes gastos “estão estimados segundo uma orientação de não incremento real, com base nos dispositivos legais vigentes, sendo o mais recente aquele que suspende até 31 de dezembro do ano corrente a concessão de excepcionalidade para a contratação de servidores”.

As transferências

Um elemento importante do novo orçamento diz respeito às transferências para os Estados, Municípios e o Distrito Federal. A proposta orçamentária de 85 prevê que as transferências federais atingirão a Cr\$ 19 trilhões 393 bilhões, representando 37,4% do total do orçamento. Na mensagem presidencial se destaca o crescimento, ano a ano, das transferências federais. Assim é que em 1979, quando do início da administração Figueiredo, as transferências aos Estados e Municípios representavam 25,5% da lei orçamentária.

Do lado da arrecadação de impostos a maior contribuição fica por conta do

Imposto de Renda que deverá recolher em 85 um total de Cr\$ 29 trilhões 900 bilhões, isto é, um crescimento de 344% em comparação com a previsão original do Governo, Cr\$ 6 trilhões 720 bilhões. Neste particular, pode-se prever um aumento de carga tributária no decorrer de 1985, embora na mensagem presidencial esteja definido que “80% da arrecadação do Imposto de Renda provém da sua incidência sobre os rendimentos do capital e, o restante, corresponde a rendimentos do trabalho”.

Participação importante na Receita terá ainda o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), cuja arrecadação no próximo ano é calculada em Cr\$ 13 trilhões 350 bilhões, um aumento de 234% em relação à projeção inicial para 1984 — Cr\$ 3 trilhões 940 bilhões. Também a arrecadação do Fundo de Investimento Social (Finsocial), administrado pelo BNDES, vai ter uma participação relevante no **bolo** da receita tributária, ao atingir Cr\$ 4 trilhões 700 bilhões no próximo ano contra uma estimativa original de Cr\$ 1 trilhão 100 bilhões, representando aumento nominal de 327%.

Prioridade social

O Governo que tomará posse em 15 de março de 1985 não deverá ter grandes reclamações quanto às dotações de recursos para a área social: o desenvolvimento regional terá recursos em 1985 superiores a Cr\$ 16 trilhões 347 bilhões, significando crescimento de 414% em relação à proposta orçamentária original aprovada em dezembro pelo Congresso.

Os setores de educação e cultura terão um crescimento nominal no aporte de recursos de 312% (Cr\$ 7 trilhões 826 bilhões), uma melhora considerável em relação a 1984, quando os recursos disponíveis originalmente atingiam a Cr\$ 1 trilhão 897 bilhões. No setor de energia e recursos minerais serão alocados recursos de Cr\$ 3 trilhões 819 bilhões, aumento de 280% sobre os Cr\$ 1 trilhão e 3 bilhões alocados originalmente no orçamento pelo Governo. No caso da defesa nacional e segurança pública, o incremento de recursos será de 237% com uma verba para 1985 de Cr\$ 4 trilhões 986 bilhões. Já a Previdência Social não teve crescimento importante, pois o incremento previsto é de apenas 175%, representando Cr\$ 7 trilhões 826 bilhões.